

Cotas sem cor¹

Hellen Camara NOGUEIRA²

Wendy Santos TONHATI³

Silvio da Costa PEREIRA⁴

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, MS

RESUMO

Este trabalho foi produzido para a 71ª edição do jornal laboratório Projétil, pelas acadêmicas do 5º semestre do curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Esta edição, produto das disciplinas Redação Jornalística V, Edição II e Laboratório de Produção Gráfica I, teve como tema “vozes do contra” que objetivava mostrar discursos que desentendam com o que ouvimos no cotidiano. O trabalho buscou abordar a visão de militantes do movimento negro que não defendem a legalização das cotas raciais, mas as sociais, e ampliar o debate sobre a ação afirmativa apresentada.

PALAVRAS-CHAVE: cotas, universidades, ações afirmativas, sociais, raciais,

INTRODUÇÃO

O sistema de reserva de vagas por meio de cotas raciais ainda não é uma unanimidade nas universidades públicas brasileiras. Em algumas instituições existem as cotas, mas são sociais: destinadas aos alunos que fizeram o ensino médio em escolas públicas. Ao trabalhar este tema encontramos pessoas com opiniões incisivas que defendiam posições contrárias e polêmicas.

O site de notícias G1, publicou no dia 27 de abril de 2012, que das 59 universidades federais do país, 36 oferecem algum tipo de ação afirmativa de reserva de vagas no processo seletivo. Destas, 25 têm algum tipo de cota racial para negros, pardos e/ou índios.

A primeira instituição de ensino superior pública a reservar vagas por meio de critérios raciais foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), em 2001. A Universidade de Brasília (UnB) passou a usar o sistema três anos depois.

¹ Trabalho submetido ao XIX Prêmio Expocom 2012, na Categoria Jornalismo, modalidade Produção em jornalismo informativo – Reportagem.

² Aluno líder do grupo e estudante do 7º. Semestre do Curso Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, email: hellencamaran@gmail.com.

³ Estudante do 7º. Semestre do Curso Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, email: wendytonhati@gmail.com.

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Curso Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, email: silvio.pereira@ufms.br.

Um acontecimento que alcançou visibilidade nacional e questionou a validade e a aplicabilidade da seleção por meio de cotas raciais aconteceu em 2007, quando dois irmãos gêmeos univitelinos se inscreveram no vestibular da UnB por meio do critério racial e um dos irmãos não foi considerado apto a receber o benefício. O processo de seleção, na época, exigia que os candidatos, para concorrer pela reserva de vagas, obrigatoriamente se dirigissem até um posto de atendimento da universidade e tirassem fotos no Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe/UnB), responsável pela aplicação da prova. As fotos eram, então, anexadas na ficha de inscrição e passavam pela avaliação de uma banca, que decidia quem era ou não negro. Caso o vestibulando não fosse aceito para concorrer no sistema de cotas, ele era automaticamente transferido para a concorrência universal.

Em 2009, o Partido Democratas (DEM) ajuizou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), na qual questionou os atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília, responsáveis pela reserva de vagas oferecidas pela UnB, alegando que a política de cotas adotada feriria vários preceitos fundamentais da Constituição Federal, como os princípios da dignidade da pessoa humana, de repúdio ao racismo e da igualdade.

Na época da reportagem um de nossos entrevistados comentou que a ADPF 186, que julga a legalidade da reserva de vagas, estava em tramites de liberação para ser votada pelo STF ainda em agosto de 2011. O final desse processo aconteceu no dia 26 abril de 2012, quando todos os ministros presentes votaram a favor da reserva racial de vagas, confirmando a legalidade do sistema.

OBJETIVO

A reportagem teve como objetivo principal promover o debate sobre a destinação de cotas em universidades públicas brasileira, por meio do questionamento, sobre o que seria mais adequado à realidade socioeconômica do país: cotas por classe social ou cotas raciais. Para isto, optou por mostrar argumentos dos militantes do movimento negro que não apoiam as cotas raciais, mas sim, as sociais. Procuramos também, contextualizar e apresentar os números atuais de ações em prol de cotas em universidades brasileiras.

Por fazer parte de um projeto interdisciplinar, o aprendizado durante o processo de realização de uma reportagem também foi um dos objetivos deste trabalho. As acadêmicas participaram de todas as etapas desta reportagem, desde a elaboração de pauta, das

entrevistas, da redação e edição do texto até a diagramação da matéria. Todos os passos foram acompanhados e orientados pelos professores das disciplinas envolvidas no projeto.

O produto final pretende contribuir para ampliar o diálogo a respeito da legalidade das cotas em universidades públicas ao mostrar o posicionamento de pessoas que se colocam contra uma ação afirmativa que as beneficiaria diretamente.

A reportagem também trouxe, para expandir a discussão, argumentos e pontos divergentes de fontes que são a favor das cotas.

JUSTIFICATIVA

Conforme foi decidido, pela maioria dos alunos do 5º semestre, a edição número 71 do jornal laboratório Projétil seria temática e abordaria visões consideradas “do contra”, exigindo que os acadêmicos buscassem pautas que fugissem do maniquísmo encontrado nas opiniões do senso comum.

Como este é um assunto complexo que divide opiniões e pode ter diferentes interpretações, decidimos abordar o tema a partir da visão menos óbvia relacionada a questão. Buscamos fontes do movimento negro, que não defendem a inclusão nas universidades públicas por meio das cotas raciais.

Logo, como este trabalho foi produzido para compor o Projétil, a intenção primeira da reportagem “Cotas sem cor” é fugir do clichê apresentado pela mídia tradicional: militantes do movimento negro argumentando a favor das cotas *versus* classe média alta branca se posicionando contra as cotas. Sabendo que não é raro encontrar, dentro da universidade, “brancos” que defendem as cotas raciais e procurando se adequar à temática da edição, a ideia de pauta que tivemos foi: “Negros contra as cotas raciais”.

MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Após da definição do tema do Projétil e das pautas, o processo de produção da reportagem foi dividido em quatro etapas (pesquisa e entrevistas, redação, edição e diagramação) realizadas conforme surgiam as demandas do produto.

Primeiro pesquisamos sobre o tema em jornais impressos, veículos on-line, revistas, vídeos no youtube, artigos acadêmicos e jurídicos. Esta etapa foi fundamental para que compreendêssemos a importância do tema e como ele afeta a sociedade, além de entendermos questões pertinentes e essenciais para a construção da reportagem. Foi pesquisado, o histórico das reservas de vagas por meio dos critérios raciais e conceitos

chaves que embasam os argumentos dos defensores e contrários ao sistema. Sincrônico às pesquisas, foram realizadas as entrevistas.

Assim que conseguimos reunir material suficiente, começamos a escrever o texto. No entanto algumas vezes, durante esta etapa, ainda foi preciso buscar dados para complementar ou comprovar informações que eram apresentadas. Estas duas primeiras etapas foram orientadas pelos professores da disciplina Redação Jornalística V.

Na terceira fase, com a orientação do professor da disciplina Edição II, foi feita a edição e ajustes necessários para que o texto estivesse pronto para a última fase do processo.

Por fim, o texto foi diagramado no software PageMaker para fazer parte da 71ª edição do jornal laboratório Projétil, esta atividade foi coordenada pelo professor da disciplina de Laboratório de Planejamento Gráfico I.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

A reportagem “Cotas sem cor” foi produzida entre maio e julho e publicada em agosto de 2011, nas páginas 3 e 4, na 71ª edição do jornal laboratório Projétil, com a temática “Vozes do Contra”.

Inicialmente, a intenção era encontrar, em Campo Grande (MS), fontes, intelectuais e militantes dos movimentos sociais e negro, que se posicionassem contra o sistema de cotas raciais nas universidades públicas. Entrevistar pessoas da nossa cidade seria importante pela possibilidade conversar pessoalmente com as fontes, enriquecendo o nosso processo de aprendizado.

Logo no começo tivemos dificuldades para encontrar as fontes certas para a reportagem, pois todas as pessoas próximas que possivelmente se encaixavam no perfil de entrevistado eram a favor das cotas.

Nosso primeiro entrevistado – que não usamos na reportagem – foi um funcionário da UFMS, militante do movimento sindical da instituição, que já foi contra, mas depois de entrar para a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, beneficiado pelo sistema de cotas raciais aplicado pela instituição, tornou-se favorável.

Visitamos o Instituto Luther King e entrevistamos o idealizador deste projeto, o juiz de direito aposentado Aleixo Paraguaçu. O instituto, segundo publicado em sua página na internet, tem o “objetivo propiciar oportunidades para jovens e adultos carentes, para tanto, oferece, gratuitamente, curso preparatório para o vestibular e curso de informática básica,

com parcela das vagas destinada a negros, índios e portadores de necessidades especiais”. Neste dia, durante uma hora de entrevista gravada, Paraguaçu, que é a favor da reserva racial de vagas, além de explicar o funcionamento do instituto, falou sobre a razão de seu posicionamento a respeito das cotas e as ações afirmativas. A visita teve como saldo o contato com histórias e realidades que justificavam esta reportagem.

Em razão da dificuldade de encontrar fontes foi cogitada, com os professores orientadores do projeto, a mudança do foco da pauta ou mesmo, em último caso, o cancelamento. No entanto, os professores concordaram que buscássemos fontes fora de nossa cidade. Encontramos as duas fontes principais deste trabalho a partir do nosso material de pesquisa preliminar.

Entramos em contato e eles aceitaram nos ajudar nesta reportagem. As entrevistas foram realizadas por meio de telefone e e-mail, nos quais os dois personagens principais da reportagem colocam seus argumentos para a rejeição desta ação afirmativa.

As demais entrevistas, realizadas presencialmente, fizeram parte do texto final e servem para mostrar o lado dos favoráveis, seus argumentos e divergências dentro dos grupos. Procuramos revelar a posição de pesquisadores que defendem a destinação de cotas raciais nas universidades como ações afirmativas. Esses professores exemplificaram por meio do cenário histórico nacional, os motivos pelos quais dizem acreditar serem necessárias as cotas raciais nas universidades.

O aspecto biológico que está ligado às cotas raciais também foi discutido em nossa reportagem. Ressaltamos o papel que a grande miscigenação da população brasileira tem na discussão sobre quem seriam as pessoas beneficiadas pelas cotas.

A segunda dificuldade para a finalização do trabalho foi encontrar fotos que ilustrassem não apenas a questão das cotas nas universidades, mas as falas de nossas fontes principais. Novamente, poderíamos cair no clichê de produzir uma imagem de dois estudantes de cor de pele diferentes. No entanto, um de nossos entrevistados falou da foto do fotojornalista Osmário Marques, vencedora do 14º prêmio Cristina Tavares de Jornalismo. Na imagem estão duas crianças moradoras de uma comunidade quilombola. Ambas descendentes de escravos, porém com tonalidades de pele diferentes. A imagem também foi usada por este nosso entrevistado em seu discurso na Audiência Pública que discutiu as cotas raciais no STF em março de 2010. Entramos em contato com o fotojornalista, por e-mail, que nos cedeu a fotografia para que a publicássemos no Projétil.

Um aspecto negativo encontrado no produto impresso é a existência alguns erros de hifeinização.

CONSIDERAÇÕES

Ao trabalhar com este tema pudemos observar a sua complexidade e o quanto ele divide opiniões dentro e fora das universidades. As reservas de vagas é algo extensamente debatido no meio acadêmico, mas ainda não se chegou a um modelo que agrade a maioria. Nem a população entende como é realizada e quem tem direito a este benefício: quem é visivelmente negro ou quem se declara negro?

Para embasar as opiniões que seriam expostas, procuramos contextualizar a realidade histórica do Brasil e a evolução do pensamento relacionado às políticas públicas no âmbito das cotas universitárias.

A discussão sobre cotas se justifica pela votação o Supremo Tribunal Federal (STF) que julga se as políticas afirmativas não violam o princípio da igualdade e não institucionalizam a discriminação racial.

Essa é uma discussão longa, que mesmo que uma lei seja instituída, não será um consenso entre toda a população brasileira, nem de todos os representantes que discutem a questão das cotas em universidade.

A conclusão que chegamos após a reportagem, é que principalmente, deve haver tolerância quanto às opiniões divergentes. A realidade brasileira é muito complexa e o que pode ser a melhor alternativa para uma determinada região, pode não ser para outra.

A reportagem poderia ter extrapolado a questão negra e ter indagado se haveriam indígenas contra esta ação afirmativa, pois muitas das universidades que adotam o sistema de cotas raciais, além de reservar vagas para negros e pardos, também reserva para indígenas.

Como aprendizado acadêmico, o envolvimento em todas as etapas de produção da reportagem, desde as pesquisas iniciais até a finalização do projeto gráfico nos proporcionou a oportunidade de colocarmos em prática muitas das questões apresentadas teoricamente em sala de aula. Apesar da orientação dos professores, tivemos certa autonomia em nossas escolhas e atividades e pudemos experienciar, ainda que dentro da universidade, a rotina profissional do jornalista, amadurecendo o nosso olhar de repórter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, C. F. **As cotas da universidade pública brasileira**: será esse o caminho? Campinas : Autores Associados, 2005.

ERBOLATO, M. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2002.

LOPES, D. F. **Jornal laboratório**: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor. São Paulo: Summus. 1989

SILVA, S. P. M. **Discriminação positiva**: ações afirmativas na realidade brasileira. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.

SISS, A. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa**: razões históricas. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

42,3% das universidades federais do país têm cotas para negros e índios. **G1**: online. Disponível em <<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2012/04/423-das-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-negros-e-indios.html>>. Acesso em 27 de Abril de 2012.

Nossa filosofia. **Intituto Luther King**: online. Disponível em <<http://www.lutherking.com.br/>>. Acesso em 27 de Abril de 2012.